

BJIR

Brazilian Journal of International Relations

Edição Quadrimestral | volume 1 | edição nº 1 | 2012

Hobsbawm e a era Bush

Rafael Salatini

 Igepri
Instituto de Gestão Pública e
Relações Internacionais

 unesp
Universidade Estadual Paulista
"Júlio de Mesquita Filho"

*A Brazilian Journal Of International Relations (BJIR) está indexada no International Political Science Abstracts (IPSA),
EBSCO Publishing e Latindex*

“Hobsbawm e a era Bush”

Rafael Salatini*

Resenha de:

Eric J. Hobsbawm. *Globalização, democracia e terrorismo*.

Trad. J. Viegas. São Paulo: Cia. das Letras, 2007 [2010]. (182 p.)

O pequeno livro *Globalização, democracia e terrorismo* (2007) do historiador britânico Eric J. Hobsbawm recebeu em 2010 sua quarta reimpressão pela editora brasileira Companhia das Letras (que possui em seu catálogo diversas obras do autor, com o mesmo sucesso). Tendo dedicado a maior parte de sua gloriosa carreira acadêmica aos estudos especializados sobre a história social do século XIX, sobre o que escreveu suas três grandes obras, *A era das revoluções (1789-1848)*, *A era do capital (1848-1875)* e *A era dos impérios (1875-1914)*, o próprio autor já se disse surpreso com o sucesso editorial e acadêmico de suas obras sobre o século XX, sobre o qual se dedicou “mais como contemporâneo que como estudioso”, como definira na introdução de seu livro mais famoso: *A era dos extremos (1914-1991)*. O tema do pequeno livro aqui em questão consiste no imperialismo norte-americano, que surge justamente naquela que chamou de era dos extremos, o século XX, comparado com o imperialismo britânico, pertencente ao século anterior, focalizando cinco temas: a guerra e a paz, o imperialismo, o nacionalismo, a democracia liberal e a violência política ou terrorismo. Os textos priorizam a análise do período em que foi escrito, especialmente o unilateralismo militar do governo Bush (contra o qual o historiador não esconde seu desconforto), o que inclui os atentados terroristas de 11 de setembro (2001) e as guerras do Afeganistão (2001) e do Iraque (2003). Dado o conhecimento acumulado do autor sobre os dois séculos em questão, não restaria dúvidas a ninguém sobre as condições de Hobsbawm escrever um excelente texto sobre o assunto (embora o livro não seja composto de uma monografia, mas sim de artigos diversos reunidos, escritos entre 2000 e 2006, e apresentados como conferências para “platéias variadas”, como explica o próprio autor no prefácio).

O primeiro artigo, “Guerra e paz no século XX” (2001), se dedica à análise das inúmeras guerras que ocorreram em todo o mundo no século passado, considerando como “o

* Doutor em Ciência Política pela FFLCH-USP. Professor do Departamento de Ciências Políticas e Econômicas da FFC-Unesp-Marília.

mais mortífero de toda a história documentada” (p. 21). Evitando o tratamento do século como um “bloco único”, Hobsbawm divide-o de duas formas: cronologicamente, em “era da guerra mundial” (1914-1945), “era das confrontações entre as duas superpotências” (1945-1989) e “era posterior ao fim do sistema clássico de poder internacional” (pós-1989); e geograficamente, afirmando que as guerras se concentraram no Oriente Médio, África Subsaariana e Leste e Sudeste da Ásia. Também sob o ponto de vista da natureza dos conflitos, o historiador distingue as guerras entre Estados, mais comuns até os anos 1960, e as guerras civis, que se tornaram crescentes desde então até os anos 1990. Entre as conseqüências desses conflitos, cita-se especialmente a “perda de nitidez entre combatentes e não-combatentes” (p. 23), aumentando vertiginosamente o número de civis atingidos pelos conflitos bélicos, incluindo mortos, refugiados, etc. Neste trecho, o autor sintetiza a questão: “Seria mais fácil escrever sobre o assunto da guerra e da paz no século XX se a diferença entre ambas tivesse permanecido tão clara quanto se esperava ao começar aquele século, nos dias em que as Convenções de Haia de 1899 e 1907 codificaram as regras da guerra. [...] No transcurso do século XX, essa clareza relativa foi substituída pela confusão” (pp. 25-26). No âmbito da confusão, citam-se diversos aspectos: os diversos eventos, não só de guerras, mas igualmente de revoluções, desmembramentos de impérios e lutas de libertação nacional, que tenderam a turvar a linha (estabelecida desde o século XVII) entre conflitos externos e internos; o obscurecimento da distinção entre guerra e paz, pela disseminação da falta seja de declarações de guerra seja de tratados de paz; a disseminação do próprio termo “guerra” (“guerra contra a máfia”, “guerra contra o terror”, etc.); a ineficiência ou carência de legitimidade de instituições internacionais multilaterais em lidar com questões como os crimes de guerra; a perda de autoridade de governos efetivos e a privatização dos meios de guerra; o crescimento da instabilidade internacional no pós-guerra fria; o crescimento das tendências separatistas em vários países; a multiplicação dos atores privados no cenário internacional. Tantas e diversificadas questões, muitas das quais permanecem ativas no século XXI, permitem concluir que a confusão, em grau considerável, permanecerá indefinidamente, como se argumenta no segundo artigo, “Guerra, paz e hegemonia no início do século XXI” (2004).

O terceiro artigo, “Por que a hegemonia dos Estados Unidos difere da do Império Britânico” (2005), compara os dois impérios de língua inglesa. Hobsbawm destaca quatro elementos que permitem aos Estados Unidos reviver o modelo imperial britânico: a extraordinária aceleração da globalização, a partir dos anos 1960, o colapso do equilíbrio

internacional de poder existente desde 1945, a crise dos Estados nacionais e o retorno das catástrofes humanas maciças (expulsão de populações, genocídios, pandemias viróticas, histeria escatológica, etc.). Elementos que parecem clamar por soluções supranacionais, que, à medida que as organizações internacionais não se encontram em condições de oferecer, restaria a cabo dos próprios Estados, o mais poderoso dos quais são justamente os EUA. A idéia de ordem projetada sobre a idéia de *pax* imperial, entretanto, é objetada pelo historiador com fatos históricos sobre aquelas que o sociólogo Raymond Aron chamava de guerras infra-imperiais e guerras inter-imperiais. Comparando a *pax* americana com a *pax* britânica, afirma-se: “Deixando de lado a Espanha do século XVI e talvez a Holanda do século XVII, a Grã-Bretanha, de meados do século XVIII a meados do século XX, e os Estados Unidos, a partir de então, são os únicos exemplos de impérios genuinamente globais com horizontes políticos globais, e não meramente regionais, o mesmo valendo para seus recursos de poder – a supremacia naval para a Grã-Bretanha do século XIX e a supremacia aérea para os Estados Unidos do século XXI –, ambos apoiados por uma forte rede mundial de bases operacionais” (pp. 60-61). Mas, em seguida, apresenta-se a diferença entre ambos: a extensão territorial norte-americana é imensamente superior à britânica, tornando o primeiro uma terra de imigrantes e o segundo, de emigrantes; os EUA não participam de um subsistema internacional de potências políticas rivais, como era o caso britânico no contexto europeu; também nunca estabeleceram um império colonial como sua ex-metrópole; a cultura imperialista norte-americana, fruto de sua revolução duradoura, é messiânico-conversora, enquanto a cultura britânica, fruto de revoluções que não perduraram, “com certeza tinha plena convicção da sua superioridade com relação a outras sociedades, mas absolutamente nenhuma crença messiânica na conversão de outros povos à maneira britânica de governar” (p. 66); a organização política interna dos EUA, o federalismo, é baseada em princípios de alto grau de liberdade, enquanto, desde longa tradição, a organização política interna britânica é fortemente centralizada; a própria cultura política em si dos EUA é baseada em sua revolução e suas invenções institucionais, enquanto a cultura política da Grã-Bretanha remonta a séculos de tradicionalismo; o próprio imperialismo foi essencial para o desenvolvimento econômico e político britânicos, o que não ocorreu para os EUA, cujo desenvolvimento se deveu antes à manutenção de sua integridade continental. Ainda, a economia britânica possuía uma ligação essencial com a economia global, enquanto consumidora da maior parte de suas necessidades materiais, ao passo que os EUA dependem principalmente de seu mercado interno, durante a maior parte de sua história; e, finalmente, o

império estadunidense sempre foi mais compelido a utilizar a força política que seu antecessor britânico. Vê-se que a limitação do império britânico, conclui o historiador marxista, fez com que os britânicos escapassem da “megalomania provocada pela doença ocupacional dos candidatos a conquistadores do mundo” (p. 75) que assola seus sucessores no Atlântico Norte, mesmo defronte da erosão de seu império. Esse último, por sua vez, é justamente o tema de “Sobre o fim dos impérios” (2004), que analisa rapidamente a dissolução dos diversos impérios do passado, concluindo que a era dos impérios já passou, não sendo mais possível, nem aos EUA, uma única nação dominar toda a terra.

O quinto artigo, “As nações e o nacionalismo no novo século”, consiste no prefácio à edição alemã de 2004 para seu *Nações e nacionalismo desde 1780*. O artigo procura discutir brevemente as mudanças históricas que tenderão a afetar o tema no século XXI, devido especialmente ao surgimento de uma nova era de instabilidade internacional a partir de 1989, o que inclui o surgimento de mais de trinta novos países, o aumento dos chamados “Estados falidos”, a disseminação de armamentos militares entre grupos não-governamentais (sustentando as chamadas “guerras assimétricas”), a epidemia de massacres e genocídios, o enorme número de refugiados e o crescente ódio antiocidental. Por outro lado, a aceleração do processo de globalização tem afetado os movimentos transfronteiriços de pessoas, tanto temporários quanto duradouros, aumentando grandemente sua escala, enchendo sobretudo os países ricos de estrangeiros advindos dos países pobres e tornando as capitais desses países verdadeiros centros cosmopolitas. Ainda um terceiro elemento, a xenofobia, tem aumentado em escalas e implicações, tanto em países de forte nacionalismo quanto em nações tradicionalmente tolerantes, afetando várias esferas de ação, da política ao futebol!

Os capítulos seis, “As perspectivas da democracia” (2000), e sete, “A disseminação da democracia” (2004), abordam o tema da democracia. Hobsbawm, seguindo a tradição do pensamento comunista, preocupa-se menos em analisar os diversos obstáculos que existem para a expansão da democratização ocidental (um dos quais consiste na existência das doutrinas antidemocráticas, entre as quais o próprio comunismo) que em expor o seu próprio ceticismo sobre a forma democrática, com três argumentos: a) a democracia consiste numa forma de governo passível de instituição apenas num Estado nacional, não sendo aplicável a outros campos políticos como a ONU ou a OEA, b) nem sempre a democracia é superior ou preferível ao governo não-democrático, e c) os próprios analistas e participantes da democracia permanecem céticos sobre seu bom funcionamento. Segundo o historiador, a democracia liberal se baseia em duas premissas, uma moral e uma prática, herdadas do século

XX, mas em declínio no século XXI: em primeiro lugar, o princípio majoritário, cada vez mais esvaziado pela apatia política dos eleitores (embora o eminente historiador não discuta as importantes distinções entre voto facultativo e voto obrigatório e voto majoritário e voto proporcional). Sob o ponto de vista prático, os princípios do monopólio do poder, da autoridade política e da manutenção da lei e da ordem são analisados sob a visão de que, “nos últimos trinta ou quarenta anos, essas presunções têm perdido cada vez mais a validade” (p. 104). A disseminação de armas de destruição novas e portáteis, a fragilização da lealdade voluntária dos cidadãos, a privatização em massa dos serviços públicos (correios, prisões, escolas, serviços sociais, etc.) – “o consumidor toma o lugar do cidadão” (p. 106) – são características contemporâneas que tendem a esvaziar, na prática, a forma democrática. Com o esvaziamento das instituições públicas (especialmente os parlamentos), dois elementos políticos vêm ganhando importância: o papel da empresa moderna e a expressão direta da opinião pública. “Pois esses são os meios através dos quais algum controle é exercido sobre as ações dos governos entre as eleições. Seu desempenho também compensa o declínio na participação cidadã e na efetividade do processo tradicional do governo representativo” (pp. 107-108). Por fim, critica-se o perigo da idéia ocidental de “disseminação da democracia” enquanto instrumento ideológico do unilateralismo imperialista norte-americano, considerada ainda, à luz das experiências históricas, suas poucas chances de êxito.

O capítulo oitavo, com o título “O terror”, escrito nos anos 1990, analisa a natureza do terrorismo no final do século XX. Começando pela análise das ações dos Tigres Tâmeis no Sri Lanka, argüi as possíveis motivações religiosas, políticas, sociais, econômicas, lingüísticas, étnicas e geracionais para a crescente espiral de violência política naquele país, que são comparadas com as mesmas questões impetradas por grupos como o Sendero Luminoso (Peru), o ETA (Espanha), o IRA (Grã-Bretanha) e o Al-Qaeda (Afeganistão). Depois de afirmar que “a questão do ‘porquê’ é demasiado para este ensaio, além de ser difícil desemaranhá-la de um aumento generalizado, nas sociedades ocidentais, dos níveis de aceitação da violência e da ação não-institucional, tanto em imagens quanto na realidade” (p. 124), o historiador coloca o terrorismo do final do século como o corolário de um amplo e longo processo que perpassou todo o século. Segue-se uma (curiosa, mas recorrente nos pensadores marxistas) aceitação do uso da violência na vida social, com as seguintes palavras: “A retórica liberal nunca foi capaz de reconhecer que nenhuma sociedade opera sem alguma violência na política – ainda que na forma quase simbólica de piquetes de greves ou de demonstrações de massa – e que a violência tem graus e regras, como todos sabem em

sociedades onde ela faz parte do tecido das relações sociais” (p. 125). Desenvolve-se em seguida uma relativização da violência praticada por grupos terroristas, rebeliões camponesas, revoluções proletárias e até grupos de narcotraficantes e do período soviético! Surge a inevitável explicação ideológica: “É [um fator mais perigoso na geração da violência sem limites] a convicção ideológica, que desde 1914 domina tanto os conflitos internos quanto os internacionais, de que a causa que se defende é tão justa, e a do adversário é tão terrível, que todos os meios para conquistar a vitória e evitar a derrota não só são válidos como necessários” (p. 127). A verdade é que se esperava que a cegueira ideológica, comum tanto nos oficiais alemães das SS quanto nos militantes do Sendero Luminoso, alimentada ora por doutrinas seculares ora por doutrinas religiosas (e ora mesmo por uma mistura de ambas), se dispersasse no pós-guerra fria, o que não ocorreu, tendo sido antes substituídas por doutrinas, especialmente religiosas, ainda mais cegas.

Hobsbawm lista três grandes surtos de violência/contraviolência política desde os anos 1960: a primeira seria o renascer do “neoblanquismo” (1960-1970), impetrado por grupos de elite geralmente sem apoio popular, pertencentes à Europa Ocidental (ETA, Fração do Exército Vermelho, Brigadas Vermelhas, etc.); a segunda seria de caráter étnico-religioso (1980-1990), ocorrido na África, áreas ocidentais do Islã, sul e sudeste da Ásia e sul da Europa, com apoio popular fortíssimo (Al Fatah, Hamas, Jihad Islâmica, Hezbollah, Tigres Tâmeis, PKK, etc.). Nesse período, surgem os terríveis homens-bomba, que nascem da idealização islâmica xiita do martírio. Igualmente nesse período, o terrorismo individual progride do assassinato seletivo de líderes políticos para o assassinato em massa como forma de ganhar os holofotes da mídia. No terceiro surto, a violência política se torna sistematicamente global (2000), com o estabelecimento de um movimento terrorista transnacional, sem apoio social (Al-Qaeda). Nesse período, desenrola-se a globalização da “guerra contra o terror”. Contudo, a fraqueza e a incapacidade política desses grupos não permitem que sejam considerados pelo autor senão como “sintomas, e não agentes históricos significativos” (p. 135).

O nono artigo, “A ordem pública em uma era de violência” (2006), estende o tema da violência contemporânea do terrorismo a um leque mais amplo de atividades, que vai dos campos de futebol aos roubos e assaltos. Um dos primeiros motivos para esse fenômeno, segundo o historiador, é que “grande parte dessa violência é possibilitada pela extraordinária explosão da oferta e disponibilidade global de armas destrutivas poderosas que estão ao alcance de pessoas e grupos privados” (p. 139). Mas o autor garante que essa não é a causa

principal, que envolve dois fatores mais amplos: “A primeira é a reversão [...] [do que [o sociólogo] Norbert Elias analisou em uma obra chamada *O processo civilizador*: a transformação do comportamento público no Ocidente a partir da Idade Média”, o qual “se tornou menos violento, mais ‘educado’, mais atencioso; inicialmente no seio de uma elite restrita e depois em escala mais ampla” (p. 141). Por outro lado, “o segundo fenômeno, mais direto, também teve início na década de 1960” e “trata-se da crise do tipo de Estado em que todos nos acostumamos a viver no século passado – o Estado nacional territorial” (p. 142), que se refere à crise do monopólio da lei e da justiça, assim como o monopólio da força, os efeitos transfronteiriços da globalização. Surgem duas perguntas, para as quais as respostas não são exatas: se os problemas de ordem pública podem ser controlados em uma era de violência e qual deve ser a proporção entre força e persuasão no controle da ordem pública.

Por fim, o décimo artigo, “O império se expande cada vez mais” (2003), compara o império norte-americano (global) com os impérios do passado (regionais) sob o ponto de vista da escala de dominação. “Não se deve confundir – esclarece – o alcance global, que se tornou possível desde 1492, com a dominação global” (p. 153), apenas atingida esta com os EUA no pós-guerra fria. “A grande novidade do projeto imperial americano está em que todas as demais grandes potências e impérios sabiam que não eram os únicos e nenhum deles ousou a dominação global” (p. 153). Diferentemente do império britânico, no século XIX, e o império soviético, na segunda metade do século XX, o império norte-americano objetiva, não apenas o alcance, mas igualmente a dominação global. Procedendo de forma diferente que o primeiro tanto política (operando com países dependentes e satélites assim como com intervenções militares) quanto ideológica (defendendo o universalismo e não o nacionalismo) e economicamente (baseando-se no protecionismo e não no livre-cambismo internacional), o império norte-americano têm se expandido ilimitadamente: “o ímpeto de crescimento da indústria bélica americana tornou-se muito mais forte desde antes do fim da guerra fria, e prosseguiu sem se abater até agora” (p. 157). O fim da URSS, portanto, apenas incrementou tal processo, restando a pergunta se é possível que tal política expansionista tenha êxito, com uma resposta taxativa por parte de nosso autor: “O mundo é demasiado complexo para que um único país possa dominá-lo” (p. 158). A vantagem norte-americana é exclusivamente militar, não se reproduzindo na economia ou no campo ideológico, sendo que sua pouca eficácia no Oriente Médio tem demonstrado os limites políticos dessa supremacia e seus perigos reais, que são a militarização interna e a desestabilização do mundo.

Concluindo-se, para um especialista no século XIX, Hobsbawm neste livro (como em outros) demonstra não dever nada aos especialistas no século XX, embora, estudioso metódico, não tenha deixado de afirmar, na mesma introdução a *A era dos extremos*, desconhecer “a literatura acadêmica, para dizer que desconheço quase todas as fontes primárias acumuladas pelo grande número de historiadores do século XX”. Restará aos historiadores do futuro confirmar se o autor estava certo ou não. A nós, fica a impressão de um especialista em eras passadas que não se furtou a refletir profundamente também sobre sua própria era.

Recebido em janeiro/2012;

Aprovado em março/2012